

SOCIOLOGIA

GT 10: VIOLÊNCIA, ESTADO E CONTROLE DO CRIME

Sessão 1: Marginalidades e formas de gestão social

A VIOLÊNCIA E A BUROCRACIA NA OBRA 1984: INTERFACE ENTRE A LITERATURA E O ESTADO

Pâmela de Rezende Côrtes - UFMG

pamela.recortes@gmail.com

André Matos de Almeida Oliveira – UFMG

andrematosdealmeida@hotmail.com

A literatura é um campo fértil de reflexão política e sociológica, e as distopias são trabalhos literários que permitem claramente essas reflexões. Nesse sentido, a obra 1984, de George Orwell, é de grande riqueza para análises sociais e políticas. O Estado orwelliano representa uma violência crua, desmedida, que, controlando indivíduos e vontades, alça-se à categoria de fim em si mesmo. Ele se torna uma instituição em que o poder existe pelo poder e, por decorrência, a violência pela violência. A organização institucional perde qualquer caráter finalístico. Nesse contexto, a burocracia - separação de funções e de competências no interior dos órgãos do Estado - exerce um papel importantíssimo de pulverização do poder. A organização burocrática do Estado surge como forma eficiente de ocultação da face material do poder e da violência estatais, fazendo com que o indivíduo não saiba exatamente de onde a força dominadora provém. Desse modo, o Estado totalitário orwelliano se torna uma entidade que não pode ser individualizada - indefinível - em que, apesar de haver o partido, ninguém sabe quais são seus membros principais, ninguém sabe exatamente o que eles são. Todos são o partido – mas todos podem ser contra o partido, todos podem ser seu inimigo. Tal Estado, por fim, alcança sua perfeição cabal quando faz emergir a figura do Grande Irmão como símbolo centralizador do partido. Ele se torna uma presença difusa, que tudo vê, tudo sabe, tudo vence, mas que nunca é vista, nunca se apresenta, nunca assume funções específicas. A burocracia, assim, perde sua noção tradicional de finalidade e assume o simples objeto de manutenção da função pela função. A violência de Estado na obra encontra-se materializada – e ao mesmo tempo, portanto, imaterializada - nas mãos dessa burocracia acrílica. Este trabalho pretende, com base no exposto acima, fazer um recorte dessa obra, analisando o papel da burocracia na manutenção da violência e do sistema autoritário em 1984. Desde a disposição de ministérios sem qualquer esclarecimento sobre sua finalidade, até a existência de personagens que não sabem bem a que força ou organização respondem, mas respondem assim mesmo, a crítica é assaz pertinente.

1 - INTRODUÇÃO

As distopias são trabalhos literários que apresentam uma visão pessimista quanto à condição da humanidade e das sociedades, contrapondo-se às utopias. Em 1984, de Orwell, tal extrapolação da realidade é levada às suas últimas consequências sem, no entanto, perder seu caráter realista e sua assustadora verossimilhança com a realidade e com o contexto histórico em que a obra estava inserida.

Distopias, nesse sentido, dialogam com e são influenciadas diretamente por visões e teorias políticas, fazendo com que a literatura seja alçada a um campo fértil de

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

reflexão política e sociológica. A obra 1984, como importante produto dessa tradição, é fonte de uma riqueza sem fim para análises sociais e políticas. Os medos de uma sociedade totalitária e de um Estado que não respeita a liberdade não são exclusividade de uma época, mas são intrínsecos à atividade da filosofia política e do direito.

Este trabalho objetiva analisar uma das facetas que compõem o totalitarismo, forma de exercício opressivo de poder que, conseqüentemente, é fonte de preocupação constante para todas as pessoas com consciência política em nossa sociedade atual. Essa faceta se trata da violência estatal e, mais do que isso, das formas que esse Estado usa para legitimá-la, institucionalizá-la.

Já escrevia Kelsen, na sua construção de uma Teoria Pura do Direito, que o elemento caracterizador do Direito (e, por decorrência, do Estado, já que o autor fazia uma identificação entre os dois) é a coação¹⁵⁵. A coação é a forma que a ordem jurídica encontra para fazer com que alguém que tenha agido de algum modo contrário a ela, se submeta aos seus comandos. Nesse caso, surge para o Estado a possibilidade de utilizar a força física, exterior, para cumprir o que é devido na norma. Em outras palavras: o Estado poderá utilizar a violência. É interessante perceber que para Kelsen a existência de leis não é necessária para a existência da ordem jurídica. Esse é um fato importante na análise de 1984, já que logo no começo da obra Orwell afirma que “nada era ilegal, visto que já não existiam leis”¹⁵⁶.

No nível de desenvolvimento social que atingimos é difícil negar que não seja importante e até benéfico socialmente que o Estado de fato detenha o monopólio da força. Isso tanto pelo seu efeito pacificador, que impede escaladas de violência, justiça privada e libelos de sangue, por exemplo, quanto pela razoável imparcialidade e conseqüente aproximação da justiça que cria, sendo hipoteticamente um terceiro desinteressado para a solução de conflitos. O monopólio da violência impede que as pessoas sejam juízes de suas próprias causas. Mas esses são argumentos que desde Hobbes vêm sendo largamente utilizados¹⁵⁷.

No entanto, é preciso estabelecer um critério para aferir até que ponto um Estado deve usar a violência e a partir de que ponto ele não está autorizado a fazê-lo; um

¹⁵⁵ KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. Tradução João Baptista Machado. 8ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009, p. 35.

¹⁵⁶ ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 17.

¹⁵⁷ PINKER, Steven. Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu. Tradução Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2013, p 70.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

critério para verificar quando seu poder é exercido legitimamente e quando a legitimidade dá espaço ao abuso e ao autoritarismo. As obras utópicas buscam responder essa pergunta de alguma forma. Autores como Morus, Campanella e, por que não, Platão e Santo Agostinho buscam o método do extremo. Para saber se um Estado tem legitimidade para uso da força e para subjugar algum de seus cidadãos é preciso criar um modelo ideal, perfeito, para comparar ao imperfeito, ao posto no mundo – ao nosso. Claro, para fazermos comparações, precisamos de critérios. E o que melhor do que o critério perfeito? Assim, o Estado é tanto melhor quanto mais se aproximar dos modelos utópicos.

Mas, no decorrer do século XX, na utilização desse mesmo critério ocorreu uma subversão. Agora, para responder à pergunta, alguns autores não se concentravam mais no muito bom, no perfeito. Eles recorreram ao outro extremo do espectro, à ponta do muito ruim, do contrário ao ideal: do distópico. A distopia parece ser uma resposta a *contrario sensu* da questão da legitimidade do Estado. Quanto mais perto um Estado chegar do critério colocado, então pior ele é. Acompanhando escritores como Huxley e Bradbury, Orwell, em sua obra 1984, nos apresenta sua distopia. E diz o que é um Estado totalitário, supressor de liberdades e de individualidades e por meio de quais mecanismos atua.

2 - A OBRA 1984, DE GEORGE ORWELL

É difícil destacar ao longo da história da literatura obras que sejam os clássicos que permanecerão, apesar do tempo. Contudo, certamente o livro 1984 estará entre elas. Em sua distopia – extrapolação e abordagem pessimistas da condição humana e social – Orwell apresenta reflexões sobre a natureza humana e a natureza das sociedades políticas. Os temores de todos com relação ao poder são universais, perenes, e sua publicação, em 1949, contribuiu e ofereceu novos elementos para aprofundar o nível de análise da filosofia política sobre esse tema.

A história acontece na Oceânia, um dos três Estados existentes no mundo. A guerra é a única realidade existente, e essa guerra se estende não só aos três estados, mas a estes com relação a inimigos internos. Há sempre um inimigo, um canalizador do ódio que se expressa não só nos 2 minutos de ódio, mas em todas as chances possíveis.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Esse ódio em Oceânia é direcionado ora a um dos Estados, a Lestásia, ora a outro, a Eurásia.

Por outro lado, a figura que comanda e para a qual todos devem se voltar é a figura do Grande Irmão. Ele é a representação do poder, do messias, do salvador, símbolo do Estado e da unidade da Oceânia. Contudo, é preciso esclarecer que não é possível dizer até que ponto esses personagens “existem”, ou são apenas construções simbólicas do poder. Em 1984, a fronteira entre a existência e a não existência, a individualidade e difusão é tênue e parece, de fato, ser propositalmente aberta.

Algumas informações são importantes sobre a estrutura da trama. Primeiro, a linguagem. A língua oficial é a novafala, língua criada com o objetivo de limitar ao máximo as expressões idiomáticas desnecessárias, as conexões frasais, a beleza da poesia e os instrumentos da liberdade de expressão. Todos os comunicados são escritos em novafala, assim como as notícias.

O lema do partido é elemento fundamental não só na história, mas na análise que se sucederá ao longo desse artigo. Os três slogans do partido são: “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força”¹⁵⁸. Toda a estrutura política e social da obra pode ser destrinchada a partir dessas frases. Primeiro, a necessidade de ter sempre um inimigo para alcançar a paz social e forçar ao máximo os limites dos trabalhadores e “cidadãos” em nome da vitória na guerra contra os outros Estados.

O último slogan tem relações diretas não só com a pacificação, mas com a função do personagem principal, Winston Smith. Ele é um funcionário do Ministério da Verdade. Ironicamente, é lá que a verdade é fabricada, alterada e remexida para que toda conduta do governo pareça sempre um passo à frente. Quando a guerra se altera, e o aliado é outro, mudam-se todos os registros anteriores até que a verdade seja aquela que o partido definiu: o inimigo fora sempre o mesmo. O mesmo acontece com relação às quantidades de chocolate, por exemplo, distribuída a cada um. Se a quantidade diminuía, logo a verdade era alterada até que de fato ela tivesse aumentado se comparada a qualquer registro do governo. O segundo slogan nos dá o direcionamento dessa pesquisa. Não há liberdade. Esse ponto é fundamental na história. A liberdade está no cumprimento das ordens, ela não existe a não ser como o seu oposto, a liberdade está subsumida na escravidão de ideias, de linguagem, de ocupação funcional. Esse exercício

¹⁵⁸ ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 27.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

de definir pelo contraste, anulando os conceitos para que eles sejam fruto de deliberação do partido é um dos princípios do Socing, sistema político que reinava na Oceânia. É chamado de duplipensamento, e também é fundamental na construção da narrativa. Duplipensamento é a habilidade de pensar o 1 e o -1 como se fossem identidade, é a completa anulação da lógica em nome da pacificação social. Duplipensamento, novafala e a mutabilidade do passado são outras três chaves de compreensão fundamentais.

3 - O CONCEITO DE BUROCRACIA

Afastando-se momentaneamente da análise obra de Orwell, iremos tentar dar contornos gerais e conceituar o termo burocracia. Burocracia é um sistema de organização adotado por instituições com maior nível de complexidade e grande tamanho. O Estado é o exemplo principal de instituição que estruturalmente se organiza pelo sistema burocrático, mas nada impede que ele seja também adotado por outras, como grandes empresas e até igrejas.

Seus elementos essenciais são a especialização, a organização hierárquica e a existência de regras formais que regulam as condutas dos burocratas. Assim, burocracia pode ser definida como um sistema de organização baseado em regras e procedimentos regulares, onde cada indivíduo possui sua especialidade, responsabilidade e divisão de tarefas¹⁵⁹. Essa estrutura é feita para maximizar a eficiência da organização, bem como para garantir que seu funcionamento seja o mais padronizado possível. As regras na burocracia devem ser gerais e abstratas, devem retirar o máximo possível de elementos pessoais, variáveis, para se aproximar mais da eficiência e da racionalidade (no sentido de melhor meio para alcançar um fim).

Desse modo, o sistema burocrático não carrega intrinsecamente consigo nenhum conteúdo negativo e deve ser bem distinguido do tom pejorativo com que usamos o termo “burocracia” ou “burocrata” em linguagem popular. De fato, a pretensão de um sistema burocrático é de, ao ser adequadamente implantado, conseguir aumentar a eficiência, a celeridade e adequação das decisões da organização, sendo, portanto, justamente o contrário do sentido que popularmente atribuímos ao termo, de lentidão, ineficiência, inadequação.

¹⁵⁹ WEBER, Max. O Que é a Burocracia. Tradução Sebastião Luiz de Mello. CFM, p 9.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

Um dos fundadores da sociologia do século XX, Max Weber, defendeu que a burocracia atingiu seu mais alto grau de racionalidade no contexto do Estado moderno. Com sua complexificação, seu crescimento contínuo e maior preocupação com leis gerais e abstratas, essa instituição foi o terreno adequado para se implantar o sistema da burocracia¹⁶⁰. Como já dito acima, Weber identifica e elenca a divisão e distribuição de funções, a seleção de pessoal especializado, os regulamentos e a disciplina hierárquica como fatores que fazem da burocracia moderna o modo mais eficiente de administração, tanto na esfera privada quanto na administração pública¹⁶¹.

No entanto, Weber também reconhece nela outra função que vai além da busca do aumento de eficiência e que se aproxima mais do objetivo deste trabalho. A burocracia seria também um mecanismo para a dominação legítima estatal de seus cidadãos. Ela integra o conceito de dominação legal que Weber cria e que é contraposto a outros dois: a dominação tradicional e a dominação carismática¹⁶². O modelo de dominação tradicional é o em que as características predominantes são o patrimonialismo, o patriarcalismo e o conservadorismo. Nele, a autoridade que domina é a dita tradicional, e a obediência a ela é justificada pela tradição, pelo hábito ou pelo costume. É comum em tribos, clãs e na própria estrutura familiar em geral. Há também o modelo de dominação carismático, em que sua justificação se dá pela existência de características místicas, arbitrárias ou personalísticas na autoridade ou líder. É comum em partidos políticos e grupos revolucionários, por exemplo.

As sociedades burocráticas, de dominação legal, se caracterizam pelo predomínio de normas impessoais e, o máximo possível, racionais. A autoridade tem seu poder justificado na técnica, na justiça, na lei ou na meritocracia. Esse modelo é comum, como já dissemos, nos Estados modernos.

Weber considera o modelo de dominação legal o mais evoluído e acredita que sem ele as nações não poderiam existir e se desenvolver. Nesse sentido, a organização burocrática seria condição indispensável ao melhor funcionamento possível do Estado, de sua gestão de serviços públicos e para todas as atividades econômicas particulares.

Apesar das vantagens apontadas, no decorrer do século XX esse sistema mostrou também desvantagens e injustiças evidentes. Pelo aumento imprevisível do Estado e da

¹⁶⁰ Ibidem, p 21.

¹⁶¹ Ibidem, p 37.

¹⁶² Ibidem, p 73.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

quantidade de serviços que assumiu, o modelo burocrático muitas vezes mostrou sinais de estagnação e fracassou completamente quanto a seus objetivos de eficiência e celeridade. A realidade atual brasileira não deixa de ser exemplo nítido quanto a isso. Por outro lado, o aparelho burocrático, quando por demais fechado e inacessível, também foi utilizado como ferramenta para inibir qualquer possibilidade de participação democrática e manter um centro autocrático constituído no poder por longo período de tempo. Isso é o que aconteceu, por exemplo, na experiência da União Soviética.

Voltando ao livro 1984, percebemos que Orwell (apesar de negar posteriormente) construiu uma sociedade distópica que carregava semelhanças fundamentais e, ao mesmo tempo levadas ao extremo do modelo soviético. Analisaremos, portanto, como o autor concebe a burocracia em Oceânia, e como sua função de opressão e dominação é exercida pelo Partido.

4 - A BUROCRACIA NA DISTOPIA

A burocracia existente na obra 1984 é fundamental para a manutenção do sistema autoritário vigente. Na verdade, ela é a única materialização do poder. Não há, exceto como uma figura simbólica, um tirano na obra. O Grande Irmão nunca é visto, nunca é encontrado. Ele paira como uma legitimação simbólica do sistema, não como uma figura atuante. A elite dirigente é assim composta:

O Grande Irmão é o disfarce escolhido pelo Partido para mostrar-se ao mundo. (...) Abaixo do Grande Irmão está o Núcleo do Partido, com efetivos limitados a seis milhões, ou um pouco menos de dois por cento da população de Oceânia. Abaixo do Núcleo do Partido vem o Partido Exterior, que, se o Núcleo do Partido é descrito como cérebro do Estado, poderia ser adequadamente visto como as mãos do Estado. Abaixo estão as massas ignaras que habitualmente denominamos “os proletas”, totalizando cerca de oitenta e cinco por cento da população.¹⁶³

A linha de comando é exercida pelos dirigentes do partido. O Núcleo do Partido compõe a casta dirigente e que detém não só o poder como os melhores produtos disponíveis. “É tudo reservado para o consumo do Núcleo do Partido. Os pulhas têm de tudo, para eles nunca falta nada.”¹⁶⁴. Há ainda os demais membros do partido, no qual se inserem o personagem principal, Winston Smith, e a personagem que o desperta para

¹⁶³ ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 245.

¹⁶⁴ Ibidem, p. 170.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

o mundo, Júlia. Eles compõem os corpos intermediários, como esclarece Montesquieu¹⁶⁵, que dão condição de existência à autoridade de um ou, no caso, do Partido. Eles são o sustentáculo do governo, ocupam os ministérios e dão condição de existência ao regime político. São a burocracia, as “mãos do Estado” nas palavras de Orwell.

Os Ministérios são a forma de divisão do Estado. Há o Ministério da Verdade, no qual trabalha o personagem principal. É responsável pela manutenção da verdade oficial. O conceito de verdade aqui precisa ser relativizado. A verdade é construída de acordo com os interesses do partido, e todos os arquivos são alterados de forma a fazer com que os “fatos” se ajitem. “Comentava-se que o Ministério da Verdade continha três mil salas acima do nível do solo e ramificações equivalentes abaixo.”¹⁶⁶ É uma grande estrutura concentrada em manter unívoca a narrativa da história. Além deste, há o Ministério da Paz, “responsável pela guerra”; o Ministério do Amor, “ao qual cabia manter a lei e a ordem” e o Ministério da Pujança¹⁶⁷.

A estação de trabalho de Winston é representativa de como o trabalho e a linha de comando se dava:

Com o suspiro profundo e inconsciente que nem a proximidade da teletela o impedia de soltar quando seu dia de trabalho começava, Winston puxou o ditógrafo para junto de si, soprou a poeira do bocal e pôs os óculos. Em seguida, desenrolou e uniu com um clipe os quatro pequenos cilindros de papel que o tubo pneumático já despejara no lado direito de sua escrivaninha. Nas paredes da estação de trabalho viam-se três orifícios. À direita do ditógrafo, um pequeno tubo pneumático para as mensagens escritas; à esquerda, um tubo de maior calibre para os jornais; e na parede lateral, ao alcance das mãos de Winston, uma grande abertura retangular, protegida por uma grade de arame. Esta última destinava-se aos papéis a descartar(...)¹⁶⁸

Não havia necessidade de comunicação ou de contato. As ordens eram recebidas e devolvidas com as devidas alterações, sem espaço para se questionar de onde provinham. Todos os serviços do Estado parecem ser executados de forma mais ou menos automatizada, sem visão global e de forma completamente compartimentada. “Winston não sabia em detalhes o que acontecia no labirinto invisível a que os tubos

¹⁶⁵ MONTESQUIEU, Charles de Secondat. O espírito das leis: as formas de governo, a federacao, a divisao dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo. 4.ed. Sao Paulo: Saraiva, 1996.

¹⁶⁶ ORWELL, George. 1984. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. p. 14.

¹⁶⁷ Ibidem, p. 15.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 51.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

conduziam, mas tinha uma visão geral da coisa. (...) No Departamento de Documentação as pessoas não ficavam tagarelando sobre suas atividades.”¹⁶⁹

Não existe liberdade no sistema político e de governo imaginado por Orwell. Nem mesmo é possível imaginar uma liberdade nas elites dirigentes. Muito pelo contrário, eles eram os mais vigiados, os mais submetidos às técnicas de dominação e submissão, especialmente quando confrontados com a guerra constante. Quando o Winston começa a ler o livro que pretende explicar a origem da ordem social e política e vigente, num dado momento o livro esclarece que

é no Núcleo do Partido que a histeria guerreira e o ódio ao inimigo são mais fortes. Em sua qualidade de administrador, muitas vezes é necessário que um membro do Núcleo do Partido saiba que este ou aquele item do noticiário de guerra é fictício (...), mas esse conhecimento é facilmente neutralizado pela técnica do duplipensamento.¹⁷⁰

O Partido Exterior não foge à regra. Parte atuante do Estado, também precisam digerir e regurgitar a ideologia do sistema sem espaço para questionamentos ou críticas. “Trata-se de moldar incessantemente a consciência tanto do grupo dirigente como do grupo executivo situado logo abaixo dele.”¹⁷¹

Eficiência é um conceito difícil de ser aplicado ao contexto. Não há resultado a ser alcançado para que se pense no emprego dos meios. O único objetivo do sistema é sua perpetuação. Orwell mesmo afirma que “[n]ada é eficiente na Oceânia, exceto a Polícia das Ideias”¹⁷². Não há de se falar em eficiência quando não há mensuração de objetivos e estabelecimento de metas.

Por fim, a racionalidade e a padronização são questionáveis. No aparato estatal da obra, não há racionalização das ações. Sem objetivos definidos, os membros da burocracia servem tão somente para reproduzir padrões. Mas esses padrões não estão expressos em outro lugar que não na manutenção e nas ordens dos órgãos superiores. Retomando a definição weberiana de burocracia, percebe-se que a história apresenta uma alta hierarquização no comando do Estado, e há uma hiperespecialização das funções. As regras, no entanto, se encontram difusas, individualizadas em relação ao ministério e da função exercida. Há um objetivo comum, unívoco, que é a da

¹⁶⁹ Ibidem, p. 54-56.

¹⁷⁰ Ibidem, p. 228-229.

¹⁷¹ Ibidem, p. 245.

¹⁷² Ibidem, p. 235. Polícia das Ideias é o órgão criado para manter os indivíduos submetidos à ideologia do Partido, como se fossem uma ordem de espionagem interna, uma forma de manter os ouvidos do partido em toda parte.

manutenção do sistema e da guerra. Essa é a única forma de racionalizar as ações dos indivíduos de Oceânia.

5 – CONCLUSÃO

É claro que a uma obra de tamanha profundidade em termos de filosofia política é importante e pode ser objeto de análises e reflexões que ultrapassem sua fruição enquanto genuína obra de arte. A obra 1984, de George Orwell, pode ser lida como uma obra de cunho político. É uma extrapolação, mas não deixa de produzir visões que condizem com a realidade.

A reflexão sobre a burocracia e a violência estatal também pode ser vista assim. Orwell nos lembra que há limites para a ação estatal, e para a ação dos agentes estatais. É preciso sempre vislumbrar o resultado da ação, o objetivo que funda e legitima o Estado. É preciso ter em vista os objetivos dos indivíduos que compõem a tessitura social, e os objetivos públicos que superam os objetivos estatais. É preciso sempre ter em vista que a liberdade é fundante e necessária para a existência de agentes que, em nome de uma figura simbólica, detenham o monopólio da violência. A obra de Orwell nos deixa um aviso: é preciso ter sempre o controle público sobre as ações daqueles que estão no poder. Sob o risco de, esquecidos da finalidade do Estado, esquecermo-nos da existência das vontades que o compõem – e deixarmos de ser, de existir, para apenas servir.

6 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Tradução João Baptista Machado. 8ª edição. São Paulo. Editora WMF Martins Fontes, 2009.

MONTESQUIEU, Charles de Secondat. *O espírito das leis: as formas de governo, a federacao, a divisao dos poderes, presidencialismo versus parlamentarismo*. 4.ed. Sao Paulo: Saraiva, 1996.

ORWELL, George. *1984*. Tradução Alexandre Hubner, Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

XII SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UFSCar

PINKER, Steven. *Os Anjos Bons da Nossa Natureza: Por que a violência diminuiu*. Tradução Bernardo Joffily e Laura Teixeira Motta. 1ª Edição. São Paulo. Companhia das Letras, 2013.

WEBER, Max. *O Que é a Burocracia*. Tradução Sebastião Luiz de Mello. CFM.